

Identidades em movimento¹

Aline Gama (Inarra/PPGCISH-UERN)

Clarice Peixoto (Inarra/PPCIS-UERJ)

Palavras-chave:

Identidade, Família, Violência

1º. Movimento – identidades possíveis do estar entre os nativos...²

A partir da etnografia com familiares de vítimas do Rio de Janeiro, em movimentos sociais contra violência, analiso como as identidades de alguns familiares de vítimas da cidade são elaboradas e reelaboradas após a perda violenta de um ente. Contudo, no momento de delinear algumas definições do campo como, por exemplo, quem seriam os familiares, onde encontra-los e como transformar o encontro em um campo etnográfico fui interpelada pelo noticiário do dia 27 de fevereiro de 2009, que informava que André Azevedo, fotojornalista do jornal O Dia foi assaltado na Avenida Brasil e morreu na hora.

Esse acontecimento distante do espaço da cidade, que eu transitava, fora transformado pelos meios de comunicação de massa e, pelas minhas preocupações, em algo a mais do que o “familiar”, apontado por Velho (1978). O “familiar” em teoria seria a frequência com que recebemos o noticiário da violência urbana no Rio e nisso nada havia de estranho. Já o “exótico” ou o estranho surge pelo caráter inédito da inserção imediata da notícia na pesquisa de campo que ainda se constituía. Dessa forma, a relatividade da noção de “familiar” e “exótico” passa a ser constantemente reiterada como característica teórica-metodológica da pesquisa, uma vez que *“o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido, e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido.”* (VELHO, 1978, p. 39).

Nesse sentido, mais do que informar sobre uma nova morte no Rio de Janeiro, o noticiário trouxe também a constatação de como seria complexo estudar a violência

¹ “Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.”

² Esse texto apresenta dados e análises da pesquisa de doutoramento (ALMEIDA, 2013), financiada pelo edital MCT/CNPq Nº 70/2008, desenvolvida no GP Imagens, Narrativas e Práticas Culturais (Inarra) do CNPq, PPCIS/UERJ, orientada por Clarice Peixoto. Este artigo contou com sua colaboração e supervisão científica.

urbana em meio à permanência da violência, pois AZ, como era conhecido, foi o primeiro fotojornalista que soube de um projeto que um dia se tornaria uma pesquisa. A violência da morte de AZ, um provável informante, desafiava o planejamento de etapas futuras, e isso envolvia nossas vidas. A morte violenta apresentava o risco como uma categoria elementar da pesquisa.

Assim, diante do quadro de violência que não escolhe nem dia, nem hora, como planejar uma etnografia? O que aconteceria com as pessoas relacionadas à elaboração da pesquisa e com os outros interlocutores que lidam diariamente com a violência da cidade?

O questionamento ia além da discussão sobre as fronteiras entre nativos e antropólogos ou os limites da subjetividade ou da afetação tratados por diferentes pesquisadores. A rotina e a permanência de violência na cidade desafiavam e desafiam, ainda hoje, qualquer projeto de pesquisa, evidenciando que o imponderável da violência urbana deve se inserir não só na compreensão do fenômeno, mas também, na dinâmica da produção de conhecimento sobre ele.

O recorte delimitado por familiares de vítimas de crimes de latrocínio e homicídios, noticiados pela imprensa escrita, fazia parte da “linguagem da violência” e da “sociabilidade violenta”, como conceituados por Silva (2011). No entanto, só parecia entrar no meu cotidiano quando em contato com o noticiário divulgado na mídia ou com amigos e familiares de vítimas. Esse contato circunscreve as fronteiras identitárias que são trabalhadas ao longo do tempo, e tratadas nesse texto. O fluxo de movimentos acompanha a dinâmica do processo de pesquisa e das identidades de familiar de vítima e de pesquisadora inseridas na “sociabilidade violenta” da cidade do Rio de Janeiro. Tal sociabilidade

(...) se produz e reproduz através das atividades de atores competentes, conhecedores ativos, críticos e estratégicos, dessa forma de vida, que se conduzem de uma forma adequada. Entretanto, se eles podem ser conceptualizados como sujeitos, na acepção plena desta palavra, é um problema em aberto. Wieviorka (2005), por exemplo, denomina de antissujeito um tipo social não exatamente idêntico, mas próximo aos atores da sociabilidade violenta. O prefixo, porém, me parece canhestro e um tanto etnocêntrico, pois, no caso aqui tratado, aplica-se a atores que, a rigor, não são “anti” nada; somos nós, que operamos na linguagem da “violência urbana”, que nos posicionamos contra sua forma de vida, não importa se com ou sem razão (Silva, 2011, p.72)

Se a “linguagem da violência urbana” constitui um conjunto fragmentado de discursos de distintas origens, tais como as das vítimas, dos criminosos, da mídia, de “pessoas comuns”, das instituições públicas e de nós cientistas sociais com seus

respectivos conteúdos que atribuem sentido às mais diversas práticas sociais no contexto de violência, a inserção nesse universo exige do pesquisador a identificação das ameaças à continuidade das etapas da pesquisa.

Assim as tentativas de inserção no campo passam pelas diferentes possibilidades de comunicação da cidade do Rio de Janeiro e pelo agenciamento de uma linguagem da violência que circunscreve além do vocabulário corrente nos discursos orais e textuais, imagens, gestos e emoções.

Os jornais locais da cidade informavam sobre as novas violências, fornecendo o nome de novos familiares de vítimas, bem como de coordenadores de ONGs e movimentos sociais, além dos locais e datas das manifestações. Nas redes sociais Orkut e Facebook, encontrei os principais ativistas dos movimentos e alguns familiares, mas esses não foram simples meios de acesso aos informantes. Constituíam-se como trocas simbólicas.

Depois dos aceites de amizade, os “likes”, postagens e comentários eram recebidos e avaliados pela nova rede que pretendia constituir para pesquisa. Como considerava que as relações online fossem todas parecidas, tratei essa inserção como uma extensão dos contatos pré-existentes. Até que ao romper uma rede de aceites de amizade, negando o meu aceite a um deles, percebi a minha inabilidade em lidar com a linguagem e os códigos desse universo. Como assinala Hine (2000, p. 8 – tradução livre):

Nossas crenças sobre a Internet e quais são suas propriedades podem expandir a investigação como a crença Azande sobre bruxaria (Evans-Pritchard, 1937), a crença dos ingleses sobre a realeza (Strathern, 1992), o entendimento americano do sistema imunológico (Martin, 1994) ou qualquer outro tema etnográfico. Crenças sobre a Internet podem ter consequências importantes para os modos pelos quais nos relacionamos com a tecnologia e uns com os outros através dela.

A partir disso, os mais diferentes meios de comunicação como celular, e-mail, chat e contatos pessoais começaram a servir de instrumentos para o trabalho de campo. Como adverte Geertz (2001, p. 45), “*tudo o que dizemos, tudo o que fazemos e até o simples cenário físico têm, ao mesmo tempo, que formar a substância de nossa vida pessoal e servir de grão para nosso moinho analítico.*”

Em outro momento, o celular, além de meio de comunicação, também se transformou em símbolo de troca pessoal. No período de recesso entre o Natal e o Ano Novo, a mãe de um adolescente assassinado telefonou perguntando se a operadora do meu celular era a mesma que a dela. Ao afirmar, informei a ela que poderíamos usufruir

do benefício de gratuidade oferecido pelas operadoras. Na ocasião, ela estava fora do Rio de Janeiro e solicitou a minha mediação para resolver um problema. Esta parecia ser a porta aberta para aprofundar e ampliar o relacionamento com os familiares de vítimas.

No entanto, a ultrapassagem da porta ou dos limites imaginário desse universo, estava não só longe de significar qualquer conhecimento sobre quem eram os familiares de vítimas, como construíam essas identidades e se relacionavam com o fenômeno da violência, mas também todas as nuances possíveis de quem eu seria depois de “estar lá”, como nas palavras precisas de Geertz (2002, p.38):

“Estar lá” em termos autorais, enfim, de maneira palpável na página, é um truque tão difícil quanto “estar lá” em pessoa, o que afinal exige, no mínimo, pouco mais do que uma reserva de passagens e a permissão para desembarcar, a disposição de suportar uma certa dose de solidão, invasão de privacidade e desconforto físico, uma certa serenidade diante de excrescências corporais estranhas e febres inexplicáveis, a capacidade de permanecer imóvel para receber insultos artísticos, e o tipo de paciência necessária para sustentar uma busca interminável de agulhas invisíveis em palheiros invisíveis.

A “permissão para desembarcar” significa reconhecer também, por exemplo, que para chegar em uma comunidade dominada pelo tráfico ou por milícias é preciso estar acompanhada de um morador ou trabalhador do comércio local para evitar constrangimentos. Outro exemplo seria o de perceber que muros e moradias estão perfurados por projéteis e evitar tecer comentários como demonstração de familiaridade com esses locais da cidade.

Nesse sentido, essa experiência ímpar de desconforto físico, emocional e social de acesso ao universo do fenômeno da violência urbana fica reduzida no texto escrito a uma seleção de palavras e ao registro de gestos. Se a realidade é inacessível à percepção, Goffman (1981) nos conforta ao afirmar que ela é de alguma forma passível de ser representada, compartilhada e compreendida socialmente.

Nos encontros, a presença de uma pessoa estranha à rede de familiares de vítimas da violência sempre gera inquietação. Em uma manifestação na Candelária, enquanto os manifestantes organizavam faixas, cartazes e um varal com fotografias fui questionada pelo fato de estar próxima ao grupo. Não estava ali como o público que parava alguns segundos e passava, e muito menos como jornalista que se aproximava, entrevistava, fotografava e corria para cobrir a próxima pauta.

- O que você faz aqui? (...)
- Sou pesquisadora.
- De onde?
- Da UERJ, de Ciências Sociais.
- Conhece o professor Ignácio Cano?

- Conheço, mas não sou aluna dele, não.
- Vira e mexe ele fala nos jornais.
- É, eu sei, mas eu trabalho com fotografia e minha pesquisa é sobre imagens de violência.

A pergunta veio como um aviso. O questionamento do manifestante não era um “ato desinteressado”, mas repleto de sentidos que estabeleceriam o grau da interação e o tipo de relacionamento que teria com o grupo. O fato de me apresentar como pesquisadora (com caneta, bloco e celular na mão) não era o suficiente. A instituição da pesquisa e as relações profissionais eram a principal referência para me situarem em algum lugar no universo dos pesquisadores da violência no Rio de Janeiro. Nesse primeiro contato, trava-se um jogo de representações entre os participantes do grupo, suas expectativas sobre as pessoas externas a ele, os externos a eles sobre si e sobre eles, além deles próprios a partir desse reconhecimento de ativistas/familiares de vítimas da violência (GOFFMAN, 1975).

Além de uma definição de papéis e, respectivas identidades, o diálogo também mostra uma forma de proteção que é parte da linguagem gestual da violência e da “sociabilidade violenta”. Os coordenadores e familiares mais antigos sempre “ficam de olho” em quem está na manifestação, pois, após a perda violenta do ente, os familiares de vítimas muitas vezes encontram testemunhas e culpados. Alguns deles tentam coagir familiares e coordenadores fazendo ameaças de morte.

Essa definição de papéis/identidades pode ser percebida dentro das perspectivas de Erving Goffman e Stuart Hall. A construção das identidades na pesquisa possui alguns aspectos que se sobressaem nos momentos de contato, ou de “*frontstage*”, como esse, em que fui indagada pelo grupo. A cada novo contato com novos familiares mais uma indagação sobre o que estava fazendo entre eles e as razões de meu interesse até que como um “*blues, cuja melodia ganha força pela repetição das suas frases de modo a cada vez mais se tornar perceptível*” (DAMATTA, 1978, p. 29), eu estava lá.

As identidades, como veremos ao longo do texto, são elaboradas e reelaboradas na longa via-crúcis dos familiares após a morte violenta do ente e constitui-se como uma das identificações que os familiares assumem, entre outras tantas formuladas ao longo da vida (HALL e GAY, 2003 e HALL, 2000). Como afirma S. Hall (2000, p.13), ela é:

[...] formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias,

empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”.

É a partir dessas “narrativas do eu” coletadas durante as entrevistas e a observação participante que o fenômeno da violência urbana no Rio de Janeiro será analisado, no intuito de responder: quem são esses familiares que se definem a partir da vítima? Como enfrentam a ausência e a superação? E como são escolhidos no noticiário para serem casos exemplares da “sociabilidade violenta”?

2º. Movimento – identidades mediadas

Definir e identificar quais violências ou familiares de vítima são noticiáveis é bastante polêmico. Importância, atualidade e interesse humano são características que norteiam as análises de diferentes autores. Lage (1982) define “*notícia como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante*”, e este possui dois componentes básicos: o componente lógico com uma organização relativamente estável, em referência ao *lide*; e o componente ideológico “*escolhido segundo critérios de valor*” (LAGE, 1982, p.34). Já para Sodré e Ferrari, “*notícia é todo fato social destacado em função de sua atualidade, interesse e comunicabilidade*” (SODRÉ e FERRARI, 1982, p.7). Para se transformar em notícia, o fato romperia com a rotina ou com a normalidade (PAIVA, 2005), seguindo a ideia de Amos J. Cummings, quando este diz que “*se um cachorro morde um homem, não é notícia; mas se um homem morde um cachorro, isso é notícia.*”

Todas essas definições fundamentam a produção e a escolha do conteúdo do texto e da fotografia de uma notícia. Nesse contexto, o trabalho dos autores (repórteres de texto e imagem) pretende aumentar a venda/distribuição, alimentando a curiosidade do leitor/comprador. No entanto, “*as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social, particularmente do meio organizacional, em que foram construídas e fabricadas*” (SOUZA, 1999, p. 6). Esses constrangimentos ocorrem seja entre repórteres (de diferentes empresas ou da mesma) que trocam informações sobre o acontecimento, seja entre editores e repórteres ou entre editores e chefes de redação que hierarquicamente negociam a cobertura e a publicação, seja entre instituições públicas e repórteres que agenciam discursos, ou ainda entre fontes de informação e repórteres. A produção e a publicação de uma notícia envolvem muitos agentes sociais e inúmeras possibilidades de negociação.

A relação com a alteridade é intrínseca à ação profissional do fotojornalista. A produção da imagem fotográfica “obedece a protocolos” e a ausência de sofrimento com a violência vivenciada durante o trabalho é percebida como uma manifestação de frieza e desumanidade e foi relatada por todos os entrevistados. O “normal”, de acordo com os entrevistados, é a “expressão obrigatória dos sentimentos” que se manifesta através de uma emoção, que deve ser contida para não interferir no sofrimento dos familiares da vítima e, tampouco, na rotina de trabalho dos demais colegas que também registram o acontecimento.

Nas situações em que o corpo não está mais no local, ou de uma violência extrema, o acontecimento não é registrado fotograficamente a pedido ou em respeito à família. Nesse caso, os fotógrafos, “com muito jeito”, solicitam aos familiares uma fotografia da vítima ou um documento para ser publicado no jornal. Quando não conseguem, e sendo o caso considerado importante, eles procuram os perfis da vítima nas redes sociais online e publicam com ou sem o consentimento dos familiares. Trata-se de mostrar “quem foi a vítima” e de aproximá-la dos leitores para que estes relacionem o ato violento descrito no texto da notícia com a imagem da vítima ainda em vida.

O acontecimento da violência se transforma, então, em espetáculo que se acompanha e se repete nos jornais, na televisão e na Internet. Nesses veículos, a notícia inicia para leitores/espectadores e familiares uma via-crúcis na busca por justiça e reparação. Os relatos das testemunhas, as informações analíticas de muito ou pouco sofrimento da vítima e as reações de familiares, vizinhos, amigos e instituições públicas denunciam em detalhes no noticiário as violências cometidas na cidade. Como parte do trabalho de ativistas nas causas da luta contra a violência, os antigos familiares de vítimas se solidarizavam aos novos familiares, participando dos velórios e missas de sétimo dia para prestar seu apoio e repúdio à situação em que mais uma família estava envolvida.

Essa aproximação faz parte da rotina daqueles que sofreram com a violência e se constituem como um novo “meio social” dos familiares que acabaram de perder um ente. Esse “*meio social é melhor compreendido, não como a área em que vive a família*”, o local em que aconteceu a violência ou estejam inseridos criminosos, instituições públicas, profissionais da mídia e vítimas em diferentes graus, “*mas sim, como a rede das relações sociais reais que elas mantêm (...)*” (BOTT, 1976, p. 111), ou passam a manter após a violência.

A inserção dos familiares de vítimas nessa rede é um processo que remete as perspectivas de análise da violência sugeridas por Wierviorcka (2005), na qual se diferencia “violência” e “conflito”. Para ele, mesmo que o conflito possa eventualmente utilizar-se de alguns meios violentos, a violência interrompe a continuidade do conflito e, assim, impede o desenvolvimento da sociabilidade. Sem minimizar a dificuldade de limitar as fronteiras entre um e outro, chamo atenção para o segundo momento dos casos³ analisados nessa pesquisa, nos quais após a “violência original” surge um território de disputas em diferentes níveis, permitindo perceber um processo de reinscrição tanto da “linguagem da violência” quanto da “sociabilidade violenta” que vislumbra, de forma talvez contraditória, a interrupção dos conflitos com a solução do caso na justiça.

Nesse processo de reinscrição ou da reelaboração da “sociabilidade violenta”, os familiares transitam entre sujeitos e agentes dessa sociabilidade. No entanto, a transformação da perda violenta de um familiar em uma causa coletiva não é fato comum a todas as famílias, nem tampouco é uma consequência imediata do noticiário sobre os casos. Ao acompanhar os jornais locais e frequentar os eventos contra a violência, percebi que a manifestação coletiva de alguns destes casos acontecia imediatamente após a violência sob orientação da coordenação das ONGs e demais familiares/ativistas, mas na maioria das vezes era pontual. Os familiares não acompanhavam os demais encontros dos movimentos contra violência durante muito tempo.

A morte tornada pública ou mediada por jornais impressos, televisivos e online tem suas convenções, e entre elas, se destacava a imagem do sofrimento dos familiares das vítimas. Esse sofrimento público se articula entre uma “política da piedade” e uma “política da justiça” (BOLTANSKI, 1993, p.15-17), que se distinguem em três aspectos. O primeiro é que uma sociedade orientada pela justiça não opõe felizes e infelizes, grandes e pequenos, pois considera apenas o valor justo. O segundo é o fato de que ser

³ Os casos são: a morte de Gabriela Prado publicada a partir do dia 26 de março de 2003 no jornal O Globo; a morte de Daniel Duque Pittman (18 anos) na saída da boate Baronetti, na praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, publicada nos jornais O Dia e O Globo a partir do dia 29 de junho de 2008; a morte de Júlio Baptista Almeida da Silva (29 anos) por traficantes do Complexo do Alemão, publicada no jornal O Dia a partir do dia 16 de julho de 2009; a morte de Júlio Cesar Menezes, publicada pelo jornal Extra a pedido da família a partir de 20 de setembro de 2010; o ataque de policiais ao carro da família do juiz Marcelo Alexandrino da Costa Santos (39 anos), no qual ele, seu filho (11 anos) e sua enteada (8 anos) foram baleados e sobreviveram, publicado a partir do dia 3 de outubro de 2010 nos jornais O Dia e O Globo; e o assassinato de doze adolescentes na Escola Tasso da Silveira, em Realengo, publicado nos jornais a partir do dia 8 de abril de 2011 nos jornais O Dia e O Globo.

grande ou pequeno não define uma condição para justiça. O terceiro é que em consequência da não ligação das qualidades às pessoas, a justiça atua sob a convenção de equivalência das provas confrontadas com a realidade. Já em uma sociedade orientada pela “política da piedade”, a urgência da ação é promovida para estancar o sofrimento invocado, e este sempre triunfa sobre a consideração da justiça.

Diante da perda de um ente querido, a publicação do fato nos jornais é vista pelos familiares como “a única forma deles terem alguma voz”, pois consideram a Justiça “lenta e ineficaz”. Os familiares aceitam o trabalho da mídia, supondo que ela tem mais poder de ajudá-los na busca por uma solução mais rápida a favor de uma política identitária. Em um deles, a irmã da vítima foi até a Secretaria de Segurança Pública para solicitar a busca do corpo do irmão morto. Na conversa, Bernadete, a irmã, recebeu como contraproposta realizar uma campanha para localização de cemitérios clandestinos em parceria com a mídia. Nas palavras dela:

- Eles disseram: vocês entram em contato com a mídia e nós faremos uma campanha lá na comunidade. Aí eu falei: Acontece que a mídia não está mais interessada no caso do meu irmão. Todo dia aparecem casos novos. Então, está começando a cair no esquecimento. Acho que é perda de tempo.
- Mas a Secretaria de Segurança tem a parte de divulgação e de marketing.
- Se for da iniciativa de vocês, eu acho que teria mais credibilidade, mas sei que não interessa.
- Nós vamos fazer uma parceria aí. Vai ter uma parceria com a TV Globo, mas é aquilo, ainda não está certo. Nós vamos tentar conversar com o secretário para ver se ele vai lá.
- Aí eu pensei: ‘Será que ele vai?’ Aí começou...

A solicitação do direito de enterrar o corpo do irmão transformou-se em uma negociação com a mídia que durou três meses. De novembro de 2010 (época da conversa acima) a março de 2011, Bernadete participava das reuniões entre a mídia e a Secretaria de Segurança Pública. O começo da campanha foi adiado para depois do Carnaval, em função das demais prioridades da cidade - Natal e Ano Novo, seguidas do Carnaval - mais importantes que encontrar um corpo desaparecido. Nas resoluções finais Bernadete é avisada que teria que ir à comunidade para falar a TV Globo:

- Aí eu falei: “Perfeitamente, doutor”.
- Quando eu saí de lá, nesse dia estava eu e minha irmã, que falou:
- Você é maluca! Como é que a gente vai lá? Só se for encapuzada. – Eu disse que iria, mas tu achas que nós vamos? Deles estarem organizando e tentando fazer é uma coisa. Disso ser realizado (...)
- Foi o que aconteceu. Na véspera do dia marcado me ligaram da TV Globo e falaram: – Olha, dona Bernadete, vai ter a matéria amanhã. O secretário vai e vocês vão ter que ir lá, como é que a gente faz?
- E eu falei: – Nós não vamos, nós repensamos e... (Já estava tudo marcado.) (...)
- Nós estamos apreensivas, minha mãe já tem idade. Vamos fazer o seguinte: nós vamos fazer a matéria sem ser lá e na hora vocês editam. (...)

A iniciativa partiu deles e agora quem dá as coordenadas sou eu. (...) A Secretaria de Segurança Pública está interessada para limpar a imagem dela. Então, não sou burra, não. (...) Quando eu vi o secretário com panfleto na mão, com a foto do meu irmão, eu pensei: 'Pô, ele nunca atendeu a gente.' Era sempre o sub. Sub isso, sub aquilo. Você nunca fala com o titular, mas ele foi lá, com o panfleto e tudo mais.

O relato de Bernadete apresenta diversas marcas de sua competência, no sentido dado por Boltanski (1990), em articular os interesses da mídia e da Secretaria de Segurança a favor do caso de seu irmão. No momento em que a Secretaria propõe que Bernadete procure os jornalistas, ela expõe questões do relacionamento entre familiares de vítimas e a mídia, conseguindo inverter o papel de solicitante da cobertura. Em suas considerações a respeito da situação em que se envolvera, Bernadete apresenta o transito hierárquico da negociação, os argumentos e a estratégias que usou.

No primeiro instante, ela atua como se permitisse que os representantes do secretário de Segurança conquistassem uma posição de superioridade. Seu relato exprime consciência de representação do papel de inferioridade, marcado pela fala “Perfeitamente, doutor”, na qual ela acata as ordens. A consciência da representação é revelada quando ela é questionada, em seguida, por sua irmã. Apresenta, então, sua estratégia para as pessoas da secretaria continuarem a trabalhar na produção da ação.

Nos instantes próximos, quando todos já estavam comprometidos com o secretário de Segurança, Bernadete inverte a hierarquia, tem em suas mãos o poder de negociação. Para isso, se baseia em todo o conhecimento acumulado durante as entrevistas sobre o caso de seu irmão. A possibilidade de edição, vista por Bernadete como um trabalho ruim da mídia, que diminuía seu poder de fala e argumentação, passa a ser usada a seu favor.

A mediação pelos jornais apresenta diferentes aspectos das relações que os familiares estabelecem durante a produção de notícias sobre o caso, interessa nesse trabalho as estratégias usadas pela mídia como mediadora não só entre leitores ou espectadores e acontecimento, mas também entre instituições públicas e familiares de vítimas, que precisam desenvolver competências para lidar com essa mediação. Nela se identificam familiares, instituições, personalidades públicas envolvidas, vítimas, suspeitos e jornais como uma instância autorizada pelas partes para falar a respeito do caso e da situação de violência na cidade. Isto é, não é só o sofrimento individual que se converte em uma luta coletiva contra a violência, como analisou Boltanski (1993), mas também suas identidades de familiares de vítimas são agenciadas em relação axial com uma política de situação em prol de uma causa e os transformam em pessoas-

símbolos contra violência que são acionadas pelo coletivo (mídia, movimentos sociais e novos familiares de vítimas – nessa “ordem”) no momento em que novas violências são publicadas no noticiário.

Dessa forma, a exposição do sofrimento das “mortes matadas” no Rio de Janeiro, é ao mesmo tempo matéria-prima e engrenagem das ações individuais que se transformam em espaço de lutas públicas. Essas ações foram expressas pelos familiares entrevistados pelo termo “luta”, uma categoria que aponta para uma luta política que por sua vez é intrínseca à luta pessoal de forma polissêmica (COMERFORD, 1999). A “luta” sintetiza a rotina da vida e seus afazeres cotidianos permeados pelas lembranças dos entes permeadas pelos conflitos junto à burocracia estatal para conseguir os direitos à reparação e à condenação dos culpados. Paralela a essa nova rotina, alguns familiares convertem suas lutas pessoais em uma luta pública na qual expõem sua dor como forma de mobilização coletiva para de um lado pressionarem o governo a criar políticas de segurança pública e, de outro, se protegerem de retaliações dos suspeitos do caso.

A experiência da morte violenta de um ente interfere nas relações familiares e sociais. Dessa forma, como aponta Das (2007), aqueles que sofreram com a violência precisam se autorreconstruir. Eles assim o fazem a partir de práticas diárias que se expressam em gestos e ações nos quais é possível perceber as marcas da “violência original”⁴ em suas vidas.

3º. Movimento – identidades dos familiares

Essas marcas são códigos presentes no cotidiano dos familiares de vítimas que publicizaram suas perdas através do noticiário e de ações nos movimentos contra violência. Em uma delas, duas mulheres vestidas com camisetas com as fotografias de seus familiares assassinados conversavam baixinho sobre as outras pessoas que compareceriam à homenagem em frente à igreja da Candelária. Uma terceira mulher se aproximou e disse animadamente:

– Oi, tudo bem?

Elas se entreolharam e ela mesmo respondeu:

– Aliás, tudo bem eu sei que não tá!

As duas mulheres balançaram a cabeça afirmativamente, franzindo os olhos e torcendo a boca, responderam apenas:

– É...

– Mas a gente vai levando..., continuou.

⁴ A expressão “violência original” é usada por Veena Das em diversas análises para se referir aos estupro sofridos por mulheres durante os conflitos de Partição da Índia. Uso a expressão para me referir ao momento em que os familiares tomam conhecimento da morte violenta de seus entes.

- É... Fazer o quê? A gente não tem mais opção mesmo, respondeu uma delas de cabeça baixa e mexendo no lenço de lágrimas.
- Mas não podemos deixar a peteca cair, não. Estamos aqui é para lutar. Vocês viram a coordenadora? Ela tenta alentar as duas e mudou a direção da conversa.

Essa forma de cumprimentar, praticada em outros espaços sociais como bares, clubes e academias, possui nuances que são próprias do universo pesquisado. O tom da fala era uma apresentação de si para as duas mulheres que estavam sentadas, conversando. Entretanto, a apresentação divergia da expectativa das duas mulheres devido ao momento de homenagem às vítimas. Esse instante de divergência pode ser visto como uma falha naquilo que Goffman (1975, 1981) trata como um mecanismo de controle sobre como agir e o que falar na presença de outro.

As duas mulheres perderam seus entes há pouco tempo. Já a terceira vivia outra etapa do processo de emocional de lidar com a perda, pois participava de encontros de familiares de vítimas havia mais de cinco anos. Nesse processo, aqueles que transformam suas identidades em uma identidade coletiva acionam sua condição de familiar como uma autoridade moral que transita tanto entre o sofrimento individual para causas coletivas, como entre as causas que, ao se tornarem coletivas, reacendem a memória de seus sofrimentos individuais mesmo quando ao longo do tempo se reelaboram emocionalmente para lidar com a perda.

Entretanto, os familiares mais antigos que sofreram casos de violência são considerados referência de como ser “familiar de vítima”, e são convidados para falar para as novas famílias de vítimas. Isto é, há uma hierarquia no interior do grupo, na qual os familiares de vítimas mais recentes criam expectativas sobre a liderança, aqueles que participam do movimento há mais tempo. Esta situação lembra quando Mauss trata da responsabilização de agentes pela expressão coletiva do sentimento nos ritos orais funerários na Austrália. Ele diz que:

Não apenas o tempo e as condições da expressão coletiva dos sentimentos são fixados, mas também os agentes desta expressão, que não uivam e gritam unicamente para traduzir seu medo, sua cólera ou sua tristeza, mas porque são obrigados, encarregados de o fazer. (MAUSS, 1980, p. 59)

Há um saber que se refere ao tempo de participação de cada familiar no movimento e que envolve também atribuições de responsabilidade de como lidar com as emoções e como se expressar em cada situação. Por outro lado, os familiares que chegam também precisam caminhar para compreender os gestos e as linguagens desse universo. Em seu primeiro encontro com outros familiares e também com sobreviventes

da violência no Rio de Janeiro, Eduardo, pai de uma vítima recente, diz ter se assustado quando ouviu as pessoas se apresentarem, perguntando: “Você também é da dor?”

– As pessoas que estavam lá são ligadas a algum tipo de evento ruim. Assim, elas se identificavam como ‘você também é da dor?’ Da dor! Não é ‘doador, não’. Você pertence à dor! Então, olha só como isso mancha as pessoas e você não consegue se desconectar mais dessa coisa e eu vi cada caso. Aquela menina da Estácio, cara, numa cadeira de rodas com um dreno na boca. Toda ruim, sabe?! A vida dela foi pro bebeléu e a das pessoas ao redor dela também! Porra, quem arruma essa mulher? Quem dá banho nela? Quem leva ao banheiro? Quem tira a fralda? Quem alimenta? É a vida de todo mundo, cara! Argumenta Eduardo.

Sua fala apresenta dois aspectos interessantes do universo de familiares de vítimas. O primeiro é o de que a violência física, cometida diretamente sobre o corpo de alguém, atinge a vida e a rotina das pessoas mais próximas. O segundo é a construção de uma “mancha” na identidade dos familiares.

No exemplo, ele fala do caso de Luciana de Novaes, 28 anos, vítima de uma bala perdida que a deixou tetraplégica em 2003, e que precisa de atenção em tempo integral. Seus pais relatam a rotina de cuidados que exigem uma dedicação completa, desde a higiene e a alimentação até o acompanhamento de suas consultas com médicos e fisioterapeutas. Ou seja, a dor da violência sofrida é (re)vivida cotidianamente.

Os casos de homicídio também exigem enorme investimento emocional e material dos familiares e amigos da vítima. A perda violenta de um ente interfere em vários aspectos da vida em uma via-crúcis que se caracteriza na busca por justiça e reparação que, por sua vez, se desdobra na expectativa de uma superação parcial da perda em que alguns desenvolvem diferentes Transtornos de Estresse Pós-Traumático (TEPT), como analisados por Soares *et al.* (2006).

A “mancha”, apontada por Eduardo, é sinônimo de um estigma, como proposto por Goffman (1988). Os familiares das vítimas passam a se ver e a serem vistos também como vítimas da violência ou “vítimas secundárias ou ocultas”. A tentativa de superar a perda violenta, participando de encontros, missas e manifestações e, principalmente, expondo seus rostos e nomes na mídia, cria essa nova identidade que é a de alguém que sofre ou luta porque seu ente foi morto. A construção de uma identidade de familiar de vítima, que também é midiática, é corroborada por Batista. Ele revela que as pessoas na rua não o identificam mais por seu nome, mas por “pai da Clara”: – “Eu não tenho mais nome. Eu passo na rua e ouço as pessoas falando: ‘Olha lá o pai da Clara.’ Por ter aparecido tanto na mídia e feito palestras, agora eu sou só o pai da Clara e ponto. [risos]”

Batista sabe que não é mais percebido como um indivíduo, mas como pai de uma vítima da violência. Isso se deve, segundo ele, às inúmeras vezes que apareceu em programas de televisão ou rádio e em depoimentos a jornais, quando era apresentado como “o pai de Clara”. O riso nervoso que se segue a tal afirmação demonstra uma contradição no fato de ser reconhecido por uma situação que ele gostaria que não tivesse acontecido. Antes da morte violenta de sua filha, ser “pai de Clara” era mais um dos seus atributos, assim como sua idade e sua formação profissional.

Depois da experiência das consequências da violência, da relação com a mídia e com outros familiares, esse estatuto – pai da Clara – se transformou na característica social mais relevante de Batista. Trata-se de designar algo “*sobre um indivíduo, sobre suas características mais ou menos permanentes, em oposição a estados de espírito, sentimentos ou intenções que ele poderia ter num certo momento.*” (GOFFMAN, 1988, p. 53). A presença de Batista é uma informação social e política. Sua imagem transformou-se em um símbolo da luta de familiares de vítimas contra a violência.

No entanto, os familiares do grupo que se transformaram em uma pessoa-símbolo da luta contra a violência na cidade do Rio de Janeiro reiteram a observação de Eduardo de que a espetacularização “mancha” a vida das pessoas. Para Marilene⁵, ela e o grupo de mães de Acari foram isoladas, deixaram de ser convidadas para churrascos de amigos e encontros de vizinhos por carregarem essa marca: “Somos as Mães de Acari. Para todo mundo nós somos pessoas tristes porque perdemos nossos filhos violentamente.”

A mudança da sociabilidade, o olhar de pena e a falta de convites para reuniões com os amigos são percebidos, pelos familiares, como uma consequência desse estigma. A tristeza do luto que não foi vivida em um momento privado passa a interferir nas relações sociais independente de continuar a ser expressa publicamente, formando outras formas de isolamento.

É “o perder alguém violentamente” que estabelece o vínculo de reconhecimento de uma identificação que se constrói por uma “dor ímpar”. São características compartilhadas com outros familiares que criam uma rede de solidariedade e lealdade estabelecidas sobre uma dor que só conhece quem a viveu.

Ao longo do tempo, essas relações formam uma rede que se iniciou com a procura de apoio e solidariedade após a violência para superar a dor, buscar justiça e

⁵ Único nome verdadeiro de todo texto como uma homenagem póstuma a Marilene Lima de Souza, mãe de Rosana de Souza Santos que faleceu em outubro de 2012 em consequência de um tumor no cérebro.

não deixar que o caso de seu familiar seja esquecido publicamente. Sob a forma de mobilizações públicas e de discursos visuais e verbais, a natureza emocional desse vínculo marca uma distinção entre aqueles que experimentaram a violência e o resto da população civil. Para Jimeno (2010, p.99), “*a linguagem do testemunho pessoal conforma comunidades no sentimento, por mim chamadas de comunidades emocionais, de moralidade, fundadas numa ética do reconhecimento.*”

Além de expressões dos sentimentos que pesam sobre a identidade desses familiares encontrei, no grupo analisado, objetos pessoais e fotografias dos entes vitimados como forma de reter sua presença e manter ativa sua memória. Esses são transformados em objetos de culto familiar e público, mas que para família se soma um valor de continuidade.

As fotografias dos filhos saudáveis e felizes espalhadas pela casa são testemunhas oculares da existência de uma vida familiar. Os sorrisos, olhares, poses e penteados dos filhos emoldurados e expostos na sala de visitas, no visor de um celular ou na tela de um computador são expressão de permanente rememoração e, assim, de cristalização do grupo familiar original.

Essas fotografias expostas não são apenas homenagem ou lembrança, elas demarcam a presença e a relação de pertencimento à família a despeito da violência da morte. Isto é, reafirmam o vínculo familiar construído ao longo do tempo de vida em comum. Como afirma Moreira Leite (2001, p.44), “*o tempo fotográfico recompõe o tempo da memória, alheio ao tempo cronológico. São instantâneos irregulares e arbitrários ligados e separados pelo esquecimento.*” As fotografias demarcam a continuidade de suas existências na vida familiar, simbolizando um prolongamento das construções identitárias dos membros dessas famílias que não foram destruídas junto com a morte.

As atribuições e os sentimentos diferem em cada membro da família, pois constroem as identidades de cada um. Ao longo das etapas da vida, as identidades sofrem constantes transformações em que a família se estabelece “*(...) como uma entidade unida, integrada, unitária, logo, estável, constante, indiferente às flutuações dos sentimentos individuais.*” (BOURDIEU, 1996, p.129). Os pais, irmãos, tias e avós dos entes mortos são seus familiares a partir de seus primeiros instantes de vida. Esse “ser” familiar de alguém foi elaborado e reelaborado ao longo da vida.

O futuro daquele que continua vivo não é o esquecimento. Os familiares tentam de diferentes maneiras refazer o espaço simbólico dessas relações. “*O trabalho de luto*

separa definitivamente o passado do presente e abre espaço ao futuro.” (RICOEUR, 2007, p.506). O ente que morre violentamente, o filho, neto ou sobrinho que se torna abruptamente ausente, ganha outra forma de presença. Essa nova presença ecoa da construção identitária relacional e da manutenção do grupo familiar. A presença em fotografia, mais do que afirmar a existência de um outro do lado de fora, produz um trabalho performativo de constante rememoração, revelando a identidade de cada um dos familiares com os seus entes mortos, pois é ela que os constitui.

As falas das mães reconhecem tudo aquilo que as fizeram e as fazem mães das vítimas: dos primeiros dias da gravidez à notícia e experiência de sua morte, até os dias atuais, quando elas reconhecem que as fotografias, as conversas e as relações familiares os mantém presentes em suas vidas (BEAUVOIR, 1967 e YOUNG, 2005). Dessa forma, é possível pensar que as diferentes identidades destes familiares encontraram meios de sobreviver à morte.

Essas identidades são elaboradas para o coletivo como representantes do familiar que se foi e, também, de determinado grupo ou causa que surgiu a partir da “violência original”. Ela é, assim, retomada pelo grupo não só pela ideia de uma identidade homogênea, mas também, pela concepção de família construída ao longo do século XVIII. Essa ideia, como demonstra Ariès (1977) e outros, é centrada na noção de indivíduo e a família é entendida como um conjunto de indivíduos reunidos por laços contratuais e de sangue.

No entanto, essa situação limite permite o surgimento de movimentos de negação ou de um agenciamento de identidades em diferentes situações, como Lucia questiona: “Existe um nome para um pai ou uma mãe que perdeu um filho? Existe, me diz? Então, o que sou eu? Como é que eu me chamo?”.

A falta de definição ou de adjetivo para os pais que perderam seus filhos é comparada à definição de um filho que perdeu os pais, órfão ou órfã, ou à definição de um cônjuge que perdeu seu companheiro, viúvo ou viúva. A ausência de adjetivo para a morte violenta de um filho alimenta a dúvida radical, como reflete Butler (2004, p.21-23), sobre quem é esse “eu”, que passou a existir sem “você”. O limiar do luto opera sobre a complexa relação da linguagem comum e da “linguagem da violência” como da existência de mães e pais “sem nomes”⁶.

⁶ Refiro-me também à coluna da Revista O Globo de 3 de fevereiro de 2013, p. 6, que cita a página do Facebook “Mães sem nome”, criada por Márcia Noleto, que perdeu sua filha de 20 anos em um acidente.

O inominável se insere após a morte do ente na vida dessas famílias. A linguagem da “sociabilidade violenta” não nomeia pais e mães. As reelaborações da violência, os rituais fúnebres e os trânsitos pelos hospitais, delegacias e instâncias da justiça não os reinserem nas definições das identidades possíveis. Uma inexistência e uma violência pela linguagem.

A história de vida narrada pelos próprios familiares sobre seus entes e sobre o grupo familiar, como nos seguintes depoimentos, demarca essa ausência:

– Quando você cria um filho e você solta, você sabe que o mundo não tem coisas muito boas a oferecer. Aí você fica de noite, de dia e seu filho não chegou, aí você não dorme preocupada. Você não dorme com o receio de ter acontecido algo, mas não foi o que aconteceu com eles. (...). Eu chegava e ele estava no videogame ou no computador, entendeu? É muito difícil você conviver com essa dor. É muito difícil porque eu tinha planos para os meus filhos, entendeu? Eu tinha expectativa de vida e, hoje em dia, eu não tenho mais expectativa de vida... (Ana)

– Se eu não colocasse ela lá dentro da escola, ou qualquer pai não tivesse colocado seu filho dentro da escola, nós estávamos no conselho tutelar ou, talvez, até presos. A gente tem que pagar e ser responsável por isso. Agora eu te digo, quem foi responsável pela vida daquelas crianças. Jamais imaginei que minha filha não voltaria da escola. (Elaine)

Esses relatos sobre as vítimas lembram aspectos de um cotidiano dessas famílias que têm como contraponto a “sociabilidade violenta” da cidade do Rio de Janeiro. Ao falar de seus entes e suas rotinas, eles reconstróem uma história de vida que não considerava a possibilidade de interrupção pela violência. Diante dos números de mortes violentas na cidade, a visão de mundo que exclui a violência da rotina de seus cidadãos pode ser considerada um aspecto da “ilusão biográfica”, conceituada por Bourdieu (1986). Essa ilusão tende a identificar no mundo social uma normalidade ou uma construção previsível de uma história de vida “bem construída”. Como pessoas inocentes, eles deveriam cumprir seus planos de vida, voltando para casa após um dia de aula na escola, como previa Elaine, ou satisfazer as expectativas de Ana. Como analisa Bourdieu (1996, p.75):

Sem dúvida, temos o direito de supor que a narrativa autobiográfica inspira-se sempre, ao menos em parte, na preocupação de atribuir sentido, de encontrar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e perspectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente, entre estados sucessivos, constituídos como etapas de um desenvolvimento necessário.

Essa lógica de uma história de vida com etapas sucessivas é regida pela noção de controle e autocontrole do curso de vida na sociedade ocidental contemporânea, na qual a morte é levada para os bastidores da vida social (ELIAS, 2001, p. 14). As supostas

negação e exclusão, tanto da violência quanto da morte das relações sociais, legitimam as causas coletivas como consequência de uma morte inaceitável. Ao mesmo tempo, compara-se as mortes violentas com “perdas aceitas” e menos dolorosas, seja por uma morte natural, seja por motivo de doença, que são concebidas como uma etapa natural do curso da vida.

Movimento Zero...

Nesse sentido, vale agora retomar o questionamento inicial sobre como se cumpririam as etapas futuras de uma “etnografia em contextos de violência” em meio à permanência da mesma e se ultrapassaríamos as fronteiras de uma “ilusão etnográfica”. Se o interesse inicial, relatado para André Azevedo, era o de compreender como as notícias de violência do Rio de Janeiro foram produzidas, ao me aproximar dos “personagens dessas notícias” - fotojornalistas, familiares de vítimas e ativistas de movimentos contra violência - percebi a existência de diferentes tons do *anthropological blues*, dentre eles a complexidade das identidades construídas e reconstruídas em uma etnografia com familiares de vítimas tanto como categoria da prática quanto como categoria de análise, discutidas por Brubaker e Cooper (2000).

Os números recentes de homicídios (janeiro, fevereiro, março e abril de 2016) no Estado do Rio de Janeiro continuam a denunciar a distância de um “*out of the blue*” da violência urbana. Na pesquisa que o Instituto de Segurança Pública compara a letalidade violenta com os mesmos meses de 2015, na rubrica “Homicídio Doloso” houve aumento de 15,4% de um ano para outro (1.486 em 2015; 1.715 em 2016). (NASCIMENTO, 2016).

Desde o meu primeiro contato com os meus sujeitos, ninguém foi morto diretamente pela violência, mas diria que morreram em consequência do sofrimento. A mãe e a irmã de Júlio Baptista, que eu gostaria de ter entrevistado, morreram de infarto antes de conseguirmos marcar o segundo encontro. A irmã foi diagnosticada com câncer e, após uma sessão de quimioterapia, sofreu um infarto. Um mês depois, a mãe faleceu. Segunda a outra irmã, que entrevistei, elas também foram vítimas (indiretas) do assassino de Júlio.

A morte de uma amiga, não por uma violência urbana, mas por um acidente que poderia ter sido evitado, foi amplamente noticiada pela mídia. Yo, como era conhecida, foi uma das vítimas do edifício que desabou no Centro do Rio de Janeiro, na noite de 25 de fevereiro de 2012. Soube da queda do prédio pelo telejornal da manhã. Pouco depois,

recebi um telefonema, avisando que ela era uma das vítimas, mas nenhum dos seus pertences, nem seu corpo, foi encontrado e caso foi abandonado. Meses depois, contei o fato para Patrícia Oliveira, coordenadora da Rede Contra Violência, que disse: “Agora você sabe o que os familiares de desaparecidos passam. É assim mesmo que as pessoas ficam... Com as mães é um pouco pior.” De forma inevitável, “I got the blues” ainda em campo com um longo trabalho de análise e escrita para fazer.

Referências:

- ALMEIDA, Aline Gama de. *In memoriam: imagens do sofrimento dos familiares de vítimas da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- ARIÈS, Philippe. *Historia da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1967.
- BOLTANSKI, Luc. *La Souffrance à Distance*. Morale Humanitaire, Médias et Politique. Paris: Éditions Métailié, 1993.
- _____. *L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Éditions Métailié, 1990.
- BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Ed. Papirus, 1996.
- BRUBAKER, Rogers ; COOPER, Frederick. Beyond “identity”. *Theory and Society*, v.29, p.1-47, 2000.
- BUTLER, Judith. *Precarious Life: the powers of mourning and violence*. London/NY: Verso, 2004.
- COMERFORD, John. *Fazendo a luta*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter ‘anthropological blues’. In: NUNES, Edson (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.23-35.
- DAS, Veena. *Life and Words: Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley, University of California Press, 2007.
- ELIAS, Norbert. *Solidão dos Moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- _____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- _____. *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- _____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HALL, Stuart; GAY, Paul du. *Cuestiones de identidad cultural*. Buenos Aires: Amorroutu, 2003.
- HINE, Christine. *Virtual Ethnography*. London: Sage, 2000.
- JIMENO, Myriam. Emoções e política: A vítima e a construção de comunidades emocionais. *MANA*, v.16, n.1, p. 99-121, 2010.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1982.

- MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos Sentimentos. In: FIGUEIRA, Sêrvulo Augusto (org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 56-63.
- MOREIRA LEITE, Miriam. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- NASCIMENTO, Karina. ISP divulga números de abril de 2016. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=354>
- PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. Sobre o facto e o acontecimento. *Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, v.6, p.95–100, 2005.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da., Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira, *Etnográfica* [Online], v. 15, n. 1, p.67-82, 2011.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; MIRANDA, Dayse e BORGES, Doriam. *As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. Técnica de redação – O texto nos meios de informação. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- SOUZA, Jorge Pedro de. As notícias e os seus efeitos. As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos. Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 1999. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html
- VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.
- YOUNG, Iris Marion. On Female Body Experience. “Throwing Like a Girl” and Other Essays. New York : Oxford University Press, 2005.
- WIEVIORKA, Michel. *La Violence*. Paris: Hachette Littératures, 2005.